ração de 1931, fazendo elas para esse fim os acordos necessários. Também é conveniente que à Alfândega do Funchal se confie o cuidado de concorrer para a melhor execução deste diploma de carácter transitório, sendo pensamento do Governo preparar com tempo, de modo que tenha efeito no ano de 1932-1933 a regularização completa do regime sacarino, perturbado pelos acidentes a que se fez referência.

Nestes termos:

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É garantida no ano industrial de 1931-1932 a compra da cana da Madeira aos produtores, nas condições estabelecidas pelas leis em vigor, com as modificações feitas por este decreto, que vigorarão somente no mesmo ano industrial.

Art. 2.º É compreendida na zona do sul da Madeira a freguesia de Pôrto da Cruz. A compra da cana da zona do norte será feita pelos preços livremente ajustados entre o comprador e o vendedor.

Art. 3.º As fábricas de açúcar e de álcool da Madeira são obrigadas a comprar a cana de toda a Ilha que lhes seja oferecida.

Art. 4.º As fábricas de aguardente são equiparadas às de açúcar e de álcool quanto aos preços da cana.

Art. 5.º A cana será posta na fábrica pelo vendedor, ainda que os serviços de transporte sejam estabelecidos pelo comprador, e será paga dentro de sessenta dias, contados da data da entrega, podendo o comprador, quando esteja de acordo em pagá-la antes de findo aquele prazo, fazer o desconto pelo tempo que faltar para os sessenta dias, à razão de uma taxa anual de desconto não superior à que vigore na agência do Banco de Portugal.

Art. 6.º As fábricas de açúcar e de álcool e as de aguardente que laborem em 1931-1932 são obrigadas a assinar perante a direcção da Alfândega do Funchal, até 30 de Março corrente, um termo de responsabilidade pelo pagamento da cana aos vendedores, nos termos do artigo 4.º deste diploma, devendo a mesma direcção exigir prestação de garantia bancária idónea no mesmo acto quando entenda que a obrigação assumida envolve risco para a agricultura pela dificuldade de ser vendido, no mesmo ano industrial, o produto fabricado.

§ único. As fábricas que faltarem ao referido compromisso ficam sujeitas às penalidades indicadas no artigo 26.º do decreto n.º 16:083, de 29 de Outubro de 1928.

Art. 7.º As fábricas de açúcar e de álcool poderão dar o destino que mais lhes convier à cana da zona do norte que não seja comprada pelas fábricas de aguardente e que por aquelas fôr adquirida, sem que todavia possam fazer aguardente para consumo. Poderão porém fazer destilar a mesma cana em quaisquer fábricas de aguardente na mesma zona, por acordos adequados, devendo neste caso o produto ser transportado sob fiscalização para o Funchal e rectificado e pôsto em 40º Cartier.

Art. 8.º Na próxima colheita a cana da zona sul da Madeira que seja oferecida às fábricas, e tenha a gradação de 8º,5 Baumé para cima, terá um só preço mínimo, de 7330 por 30 quilogramas, referido ao câmbio indicado no artigo 64.º do decreto n.º 16:083, de 29 de Outubro de 1928.

Art. 9.º O açúcar de cana da Madeira que exceder o consumo anual do arquipélago é isento de quaisquer direitos, impostos ou taxas quando exportado do Funchal ou importado no continente.

Art. 10.º Fica reduzido a quinze dias o prazo de ses-

enta estabelecido no artigo 18.º do decreto n.º 16:084, de 29 de Outubro de 1928, para o pagamento, por parte da Alfândega, do álcool requisitado às fábricas.

Art. 11.º As duas fábricas de açúcar e álcool poderão fazer entre si os acordos necessários para que ambas participem, proporcionalmente às suas cotas de rateio, nos encargos da compra da cana da zona do norte e nos do fabrico e rectificação a que se refere o artigo 6.º

Art. 12.º A direcção da Alfândega do Funchal resolverá o que fôr de urgente para se atingirem os fins deste decreto.

Art. 13.º Este diploma entra imediatamente em vigor e revoga a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêlo se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 19 de Março de 1931.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira — António Lopes Mateus — José de Almeida Eusébio — António de Oliveira Salazar — Júlio Alberto de Sousa Schiappa de Azevedo — Luís António de Magalhães Correia — Fernando Augusto Branco — João Antunes Guimarães — Armino Rodrigues Monteiro — Gustavo Cordeiro Ramos — Henrique Linhares de Lima.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Repartição do Gabinete

Decreto n.º 19:495

Atendendo aos excepcionais e relevantes serviços prestados à Pátria pelo capitão de fragata Artur de Sacadura Freire Cabral;

Sendo justo proporcionar a sua irmã Alda Amélia de Sacadura Freire Cabral Ribeiro de Albuquerque, meios que suavizem a sua difícil situação e a de seus filhos, visto ter o marido interdito e internado em manicómio;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Será paga a Alda Amélia de Sacadura Freire Cabral Ribeiro de Albuquerque, na qualidade de irmã do capitão de fragata Artur de Sacadura Freire Cabral, desaparecido no mar do Norte em 15 de Novembro de 1924, e enquanto se conservar interdito e internado o marido, a pensão que tinha sido concedida a sua irmã Fernanda de Sacadura Freire Cabral e que deixou de lhe ser abonada por se ter casado.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêlo se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 23 de Março de 1931.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira — António Lopes Mateus — José de Almeida Eusébio — António de Oliveira Salazar — Júlio Alberto de Sousa Schiappa de Azevedo — Luís António de Magalhães Correia — Fernando Augusto Branco —

João Antunes Guimarães — Armino Rodrigues Monteiro — Gustavo Cordeiro Ramos — Henrique Linhares de Lima.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Comerciais

Questões Económicas

De ordem superior se faz público que, segundo informou a Legação da Bélgica, o Governo do Yemen aderiu à Convenção Telegráfica Internacional, assinada em S. Petersburgo aos 28 de Julho de 1875.

Direcção Geral dos Negócios Comerciais, 17 de Março de 1931.—O Director Geral, *Francisco António Correia*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Decreto n.º 19:496

Os interesses do Banco Nacional Ultramarino estão ligados aos da economia nacional por laços numerosos e velhos. Tem um privilégio emissor nas colónias que data de 1864 e domina de tal modo as actividades ultramarinas que as suas crises se têm reflectido sempre sobre elas.

Assim se justifica que no decurso dos últimos sessenta e sete anos os governos que se têm sucedido no Poder tenham, quasi inalteravelmente, praticado em relação a elle uma politica de apoio, politica que afinal traduz o apoio da metrópole portuguesa às suas colónias.

Hoje o Banco Nacional Ultramarino ocupa no mundo um lugar extenso. Além da sede em Lisboa têm, no continente, ilhas adjacentes, colónias e estrangeiro, sessenta e quatro filiais e agências privativas, e está associado a bancos estrangeiros em Paris, Londres e Nova York. Não é exagêro dizer que a sua actividade é uma força de união das nossas colónias de emigrantes com a mãe-pátria.

Ora, erros já antigos e males acumulados pela guerra juntaram-se na hora presente à depressão dos valores mobiliários, dos preços, dos negócios, às dificuldades da vida agrícola e comercial, às sistemáticas campanhas de descrédito contra os estabelecimentos bancários, criando uma atmosfera de desconfiança, que tem levado o público, contra o seu próprio e evidente interesse, a substituir largas cotas de depósitos à ordem e a prazo pelo entesouramento particular.

Este receio geral reflectiu-se em Portugal e no estrangeiro sobre a situação dos estabelecimentos de crédito. O Banco Nacional Ultramarino, por tantos lados sujeito às influências da opinião pública, ressentiu-se dele.

Já o Governo, há cerca de um mês, deu clara prova do seu interesse e desejo de não deixar que as circunstâncias que se apontam dominassem a vida desse Banco e o impedissem de continuar a prestar à economia colonial os seus serviços. Foi nessa ordem de ideas publicado o decreto n.º 19:335, de 10 de Fevereiro de 1931, que providenciou de modo a colocar à frente da sua direcção pessoas com a confiança do Governo.

Vai-se agora mais além neste caminho, procurando-se dar ao Banco os meios julgados necessários dentro das possibilidades do Tesouro para consolidar a sua situação. É um grande esforço que o Governo realiza, na idea de com elle, como lhe cumpre, servir a Nação. Tem a profunda consciencia de que as circunstâncias justificam a

sua attitude, que o público não pode deixar de compreender e apoiar.

Por duas maneiras principais o Governo manifesta a sua vontade a tal respeito. Em primeiro lugar, entrega imediatamente no Banco 100:000.000\$, sendo 25:000.000\$ pela subscrição de 25:000 acções privilegiadas de 7 por cento, de 1.000\$ cada uma, e 75.000.000\$ pela assistencia financeira autorizada, ficando assente que serão devidamente caucionados os créditos do Estado sobre o Banco. Em segundo lugar, depois de tiradas as percentagens para as reservas permanente e variável e para as acções preferenciais, entende que os lucros líquidos do Banco, obrigatoriamente, até uma importância que será determinada com o assentimento do Governo, devem ser destinados a um fundo de consolidação do activo, constituído com títulos de valor sólido, vindo em seguida as outras applicações. Assim procura salvaguardar os interesses gerais e os dos accionistas ordinários.

O Governo julga proceder em harmonia com os superiores interesses da Nação, esperando que esta corresponda também ao trabalho confiado ao conselho administrativo do Banco Nacional Ultramarino.

Nestes termos, usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizado o Banco Nacional Ultramarino a elevar o seu capital social em 25:000.000\$.

§ 1.º Este capital será representado em 25:000 acções preferenciais de 1.000\$ cada uma, tomadas e pagas imediatamente pelo Estado, ao par.

§ 2.º O Banco poderá passar certificados representativos das mesmas acções até estas serem entregues.

Art. 2.º As acções emitidas por força do artigo anterior têm os seguintes privilégios:

1.º O de capital, preferindo, até o seu valor nominal, a quaisquer outras, no caso de liquidação do Banco, e participando por igual com elas no que exceder o valor nominal de todas;

2.º O de um dividendo de 7 por cento, conforme o que no artigo 3.º se dispõe.

Art. 3.º Os lucros líquidos do Banco Nacional Ultramarino serão distribuídos nos termos e pela ordem seguintes:

1.º Uma importância não superior a 10 por cento para os fundos de reserva permanente e variável;

2.º A quantia necessária para perfazer o dividendo de 7 por cento às acções preferenciais, podendo recorrer-se ao fundo de reserva variável quando seja preciso para completar aquele;

3.º Uma contribuição para um fundo de consolidação do activo, a fixar anualmente com o assentimento do Governo;

4.º Do remanescente destinar-se há:

a) Um dividendo de 7 por cento às acções ordinárias;

b) Uma verba, a cada título de trabalho, não superior à que pertencer a cada acção ordinária pela alinea anterior;

c) O resto para dividendo, em percentagens iguais, às acções preferenciais e às acções ordinárias.

§ único. O fundo previsto no n.º 3.º deste artigo será constituído em títulos de primeira ordem, do Estado Português ou de Estados estrangeiros.

Art. 4.º O conselho administrativo, enquanto não for restabelecido o conselho de administração com interferencia da assemblea geral, realizará com plenos poderes, em nome do Banco Nacional Ultramarino, os actos e contratos necessários para os fins previstos neste decreto e para a reorganização do Banco, podendo fazer